



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO
FEDERAL

Diretoria de Contratos e Convênios
Gerência de Convênios

Despacho - SEDES/SUAG/COLIC/DICC/GECONV Brasília-DF, 01 de dezembro de 2020.

À Unidade de Controle Interno, com vistas à SUAG,

De conformidade ao atendimento esposado por Vossa Senhoria, por intermédio do Despacho SEDES/GAB/SUAG/COLIC (51459187), no qual foi endereçada a esta Gerência, conforme solicitação enviada por meio do Despacho SEDES/GAB/SUAG (51309816), onde se refere ao Despacho SEDES/GAB/UCI (51174963), tendo em vista a Decisão de nº 4873/2020 do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (50982944), encaminhada pelo Ofício de nº 10516/2020-GP (50938687), consoante aos apontamentos alocados na Informação de nº 71/2020-DIASP2 (51181786), resumidas na Matriz de Achados (51182238), referentes a apuração de regularidade dos termos de colaboração 01 e 02 de 2020, firmados por esta Secretaria de Estado De Desenvolvimento Social do distrito Federal – SEDES/DF, voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingidas pelas medidas de enfrentamento ao SArS-Cov-2/COVID-19, para esclarecimentos acerca das impropriedades apontadas na informação e matriz citadas, no que for cabível aos trabalhos desta GECONV.

Neste contexto primeiramente é importante aclarar que assumimos a gestão da Gerência no dia **19 de novembro de 2020**, sendo então que as informações as quais foram prestadas neste Despacho se atentaram para a análise dos autos em comento, ficando prejudicada a ação em campo anterior aos acontecimentos uma vez que não participamos do processo.

Sendo assim vamos aos fatos, após leitura minuciosa de todos os atos dos processos de nº 00431-00004214/2020-91, Termo de Colaboração Emergencial nº 01/2020 – **Instituto Tocar** e nº 00431-00005123/2020-73, Termo De Colaboração Emergencial nº 02/2020 – **Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente**, no tocante as incongruências apontadas na Informação nº 71/2020 – DIASP2 e Matriz de Achados, focando nas observações dos trabalhos que são passíveis de intervenção por meio da Gerência de Convênios, chegamos ao Achado de nº 09, no qual aquela Corte de Contas se pronuncia, em resumo o que se segue.

“Falhas nas alterações do Termo de Convênio de nº 01/2020, e evidencia que o Instituto Tocar, atendendo à solicitação das Gestoras da Parceria, apresentou nova planilha de custos, na qual há diversas alterações aprovadas pela SEDES/DF, e que nessa recomposição, itens e preços, o custo do serviço global foi readequado para R\$ 1.813.582,19 (um milhão, oitocentos e treze mil, quinhentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos), ou seja, uma redução de 24% em relação ao valor inicialmente acordado, R\$ 2.394.837,70 (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta centavos), e que apesar da redução dos valores por parte da parceria, bem como informação das gestoras e aprovação sobre a economia de recursos, não consta nos autos Termo Aditivo formalizando a recomposição e a redução do custo global do projeto.”

Ao observar os autos de nº 00431-00004214/2020-91 Termo de Colaboração Emergencial nº 01/2020 – Instituto Tocar, de fato vislumbra-se a apresentação por parte do Instituto, de nova Planilha de custos readequada (41469652), seguida de Plano de Trabalho readequado em 28 de maio de 2020 (41478848), ambos aprovados pela Nota Técnica de nº 05/2020 – SEDES/SEADS/SUBSAS/CPSE/DISA (41470032), composta também pelo memorando de nº 83/2020 - SEDES/SEADS/SUBSAS/CPSE/DISA (41499923) ratificando a mesma informação.

No entanto, quando se verifica o andamento dos autos, não se observa encaminhamento de tais atos para a Instrumentalização de Termo Aditivo nesses moldes na Unidade, dirigem outros informes para confecção de Aditivo com Plano de trabalho diferente, posterior ao acostado acima, este datado de 29 de junho de 2020 (42698866), aprovado pela Nota Técnica de nº 06/2020 SEDES/SEADS/SUBSAS/CPSE/DISA (42698996).

Versamos que esta Gerência encontra-se a disposição para interpor aos trabalhos quanto a instrumentalização do objeto ao que é sugerido pelas demais Unidades da Secretaria, ocorre que o instrumental ao qual se refere a ação de controle, atentando-se somente ao verificado no processo, pois não se tem memória de procedimento pelo curto período que estamos fazendo diligência na área, não foi o que se verificou patentado pelas áreas competentes para a confecção nesta especializada.

Ainda direcionando ao achado distribuído por aquele Colegiado de Contas, abordam ainda outras situações conforme abaixo:

“Verificou-se ausência de medidas tomadas pela pasta para sanear as irregularidades apontadas no Despacho da Gerência de Acompanhamento de Contratos e Convênios de 27/08/2020, acerca de inconsistências no trâmite para a assinatura do 2º Termo Aditivo do TC 01/2020”.

Quanto a tal observância, acompanha-se nos autos o alojamento do referido Despacho SEDES/SUAG/COFIC/DICC/GACC (46063793), pelo qual a Gerência de Convênios insere observações a serem saneadas, o que culminou na elaboração de Apostila de nº 02 (45735873), para correção do 2º Termo Aditivo, no qual apresentava erros e omissões de cláusulas e parágrafos na composição de seu texto.

O que ocorre é que essa Apostilha não se encontra assinada, tanto quanto sua autorização de nº 19/2020 (45735716).

Avulta-se que já ofertamos as tratativas de colocar tais instrumentos disponibilizados para assinatura da autoridade competente em momento atual, caso entenda necessário, a fim de minimizar os efeitos, à época, das indagações efetivadas pela decisão.

Após todas as informações citadas neste redigido, ditamos ter esgotado os nossos esclarecimentos, contribuições e atentos sobre o caso.

Por fim, colocamos a Vossa Senhoria nossa inteira disposição para incorrer em diligências futuras com fulcro em nossa alçada, caso sejamos instados.

Respeitosamente,

Edivan Martins de Sousa Júnior

Gerente de Convênios

De Acordo,

Renata Anes

Coordenadora de Licitações, Contratos e Convênios



Documento assinado eletronicamente por **EDIVAN MARTINS DE SOUSA JÚNIOR - Matr.0217776-5, Gerente de Convênios**, em 01/12/2020, às 17:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA COSTA ANES - Matr.0278053-4, Coordenador(a) de Licitações, Contratos e Convênios**, em 01/12/2020, às 17:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **51773279** código CRC= **4B20D259**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 515 Bloco A Ed. Banco do Brasil - Bairro Asa Norte - CEP 70770-501 - DF

33483539